



**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT BRA/IICA/05/004 – PAN DESERTIFICAÇÃO**



Quilombo dos Palmares/AL.

RT1 – Planejamento das etapas de trabalho, metodologia apropriada, comunidades a serem envolvidas no estudo e instrumento a ser utilizado buscando a identificação ambiental, histórica, cultural, social e econômica.

**Adalcira Santos Bezerra
Consultora**

**Brasília-DF
2014**

RESUMO EXECUTIVO

Este Relatório Técnico – RT1, tem por objetivo realizar o planejamento das etapas necessárias à elaboração do levantamento das informações nas comunidades remanescentes de quilombos, em articulação, prevendo a metodologia composta por dinâmicas pedagógicas apropriadas para trabalho em comunidades. Nesse aspecto, estão sendo indicadas duas dinâmicas, o Mapa Falado, uma forma de contribuir para a emergência dos aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos do território e a Árvore do Sonhos, que intenta o envolvimento da comunidade na construção de sonhos individuais projetando na coletividade, para a melhoria das condições na comunidade. Outro aspecto considerado no planejamento, são as entrevistas individuais ou em grupo, baseado em um roteiro norteador, sem a necessidade ser aplicado diretamente, mas como eixo condutor dos aspectos relacionados ao ambiente, cultura, social e econômico no contexto do território. Consta também de outros itens necessários para a realização do trabalho, tais como os recursos humanos que inclui representantes da comunidade, profissionais (fotógrafos) convidados, representantes das redes e instâncias de governo da educação, entre outros. Contempla ainda, a necessidade de material de apoio e didático, assim como os equipamentos mínimos para a viabilidade das atividades, e infraestrutura, a proposição do cronograma de execução e finalmente as referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade atender ao contrato de prestação de serviços de consultoria nº114298, relativo ao termo de referência nº4853 para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para desenvolver o Relatório Técnico – RT1 contendo o planejamento das etapas de trabalho, metodologia apropriada, comunidades a serem envolvidas no estudo, incluindo instrumento a ser utilizado buscando a identificação histórica, cultural, social, econômica e ambiental.

A afirmativa de que as comunidades remanescentes de quilombos são elementos historicamente imprescindíveis na preservação do meio ambiente, encontra aliados entre os que defendem o direito dessas comunidades à terra, por ser fruto da herança ancestral. Apesar de termos uma legislação ambiental de conservação, que exclui as comunidades no processo de criação das UCs.

Não obstante, a discussão contemporânea, oriunda da organização do movimento negro, levou à criação de instâncias especiais de governo, com fins de implantação de políticas públicas, cujas raízes estão naqueles movimentos desde construção da Constituição Federal de 1988. Dentre essas políticas, vale ressaltar a criação do Território Quilombola, que uma das características é ser um espaço de preservação.

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, um levantamento da Fundação Palmares, da conta de que foram mapeadas 3.524 comunidades, mas essa secretaria informa que há outras fontes que elevam para aproximadamente cinco mil dessas comunidades.

No Brasil, dos cinco estados com maior concentração de quilombolas (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará), o Maranhão e a Bahia são os mais representativos. Sendo que na Bahia, a maioria tem localização na área de influência da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, notadamente na Região do Médio São Francisco, onde se destacam alguns dos mais emblemáticos, tais como o Rio das Rãs em Bom Jesus da Lapa, Parateca em Malhada Mangal e Barro Vermelho em Sítio do Mato.

A proteção dessas comunidades por meio da titulação de suas terras significa, ainda, a preservação da identidade nacional e também de importantes áreas de proteção ambiental, uma vez que são as comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) as

maiores cuidadoras desses espaços.

Este documento contempla o planejamento das atividades a serem desenvolvidas em comunidades remanescentes de quilombos, situados nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, cuja atuação segue o recorte da Bacia do Rio São Francisco. Portanto, em cada estado, levantou-se um quantitativo de comunidades por município para onde serão dirigidos os estudos acerca da realidade ambiental, social, cultural, histórica e econômica.

Dessa forma, o planejamento abrange, além da introdução, o objetivo, uma descrição geral sobre as comunidades remanescentes de quilombos, a descrição dos passos metodológicos, quando estão sendo propostas as dinâmicas pedagógicas, os recursos humanos, cronograma de execução, infraestrutura necessária, material de apoio e, parcerias e a referências bibliográficas.

2. OBJETIVOS

Elaborar o planejamento geral para o desenvolvimento das atividades, contemplando metodologia, comunidades a serem envolvidas, roteiro para a colheita de informações do ponto de vista da identificação histórica, cultural, social e ambiental, cronograma de execução, infraestrutura e parcerias.

3. COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS – CRQ

OS QUILOMBOLAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Seção II DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA).

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003

São grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto 4887/2003).

Conforme o Decreto, cabe destacar os órgãos com competências específicas:

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados (BRASIL).

Segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), “o termo remanescente de quilombo pode ser definido como “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” e na consolidação de um território próprio (O’DWYER).

Da luta das comunidades quilombolas e de seus aliados, a legislação brasileira avançou no quesito de caracterização dessas comunidades, tirando do governo o desejo de poder ele próprio definir que é ou não quilombola. A auto-identificação, ou seja de acordo com O’DWYER, “como aquele grupo se compreende, se define”, é o suficiente

para o seu reconhecimento.

A palavra quilombo tem sua origem da palavra “kilombo”, do idioma Mbundu dos Bantus, povos da região onde hoje é o país de Angola e quer dizer o mesmo que acampamento ou fortaleza.

No Brasil, se tornou um termo diretamente ligado ao período de [trabalho escravo](#), para designar as comunidades em lugares de difícil acesso, onde escravos insatisfeitos com sua própria condição, fugitivos de seus senhores naquele período (séc. XVI, XVII e XVIII) se refugiavam, se uniam e se organizavam, de forma econômica, política, religiosa, social e militar, conforme a cultura que traziam de suas terras natais.¹

Para O’Dwyer, “Estudos históricos que reviram o período escravocrata brasileiro constatam que os quilombos existentes não se limitam apenas à história de ‘negros rebeldes e fugidos’, como também não necessariamente se encontram isolados e distantes de grandes centros urbanos”, a exemplo da comunidade quilombola do Calabar – SSA (**Figura1**).



Figura 1: Comunidade Quilombola Urbana - Salvador/BA.

As comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, sendo a maior parte nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências dessas comunidades são o Acre e Roraima, além do Distrito Federal (Programa Brasil Quilombola).

Estima-se que existem mais de três mil comunidades quilombolas no país. (1) Cada quilombo se organiza, no geral com os terrenos familiares, e tem uma Associação, entidade civil representante do conjunto e reconhecida juridicamente, que formalmente negocia e acompanha o processo de regulação e pode acessar programas governamentais ou projetos de financiamentos junto a outras instituições.

¹ <http://quilombo-dos-palmares.info/>

Atualmente existe uma articulação nacional, a CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, com representações em nível de alguns estados, que se empenham na disseminação de informações, na organização dos quilombolas e dos debates e intervenções para o acesso aos direitos (Ancestralidade Africana no Brasil).

Na bacia do São Francisco estão formalmente localizadas 5 comunidades remanescentes de quilombos tituladas, correspondendo a 17% do total de comunidades tituladas do Brasil. Existem ainda comunidades quilombolas atendidas pelo Programa Fome Zero em 12 municípios da bacia: São João da Ponte em Minas Gerais; Bom Jesus da Lapa, Malhada, Rio de Contas, Muquém do São Francisco e Wanderley na Bahia; Itacuruba e Salgueiro em Pernambuco; Batalha e Poço das Trincheiras em Alagoas; e Amparo do São Francisco e Porto da Folha em Sergipe (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE).

De maneira a possibilitar uma efetiva e significativa participação, principalmente das comunidades, optou-se por realizar as atividades deste trabalho em comunidades que possuam uma composição familiar, em termos quantitativos satisfatório para a garantia de quórum, uma vez que há dificuldades para reunir várias comunidades em um local/ sede do município, o que implica em custos para deslocamento, alimentação e hospedagem.

Considerando esses e outros aspectos no sentido de que: há um número importante de comunidades quilombolas nas áreas de influência da Bacia do rio São Francisco, no caso da Bahia: as distâncias entre os territórios são bastante longas; e que da sede dos territórios às localidades, também são pouco viáveis sem uma boa estrutura, torna-se viável essa alternativa, ir ao encontro das comunidades, priorizando as que têm mais proximidade umas das outras em um mesmo território ou não.

Para efeito do trabalho, foram contatadas as representações da Coordenação Nacional da Quilombolas – CONAQ e da Câmara Consultivas Regionais – CCR, Médio São Francisco do Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco – CBHSF, que solicitou maior prazo para sugerir os nomes das comunidades. Acrescentou que esta é uma demanda que exige articulação no território junto às associações e outros parceiros que atuam com os quilombolas, nem sempre a comunicação ocorre com a dinâmica desejada. Então, preliminarmente, foram selecionados quatorze municípios e vinte e sete comunidades, podendo manter-se ou reduzir, dependendo do resultado da articulação.

3.1. Bahia

O Estado da Bahia, assim como o Maranhão, reúne a maior população de comunidades quilombolas do Brasil. Segundo informações do governo daquele estado², são mais de 500 comunidades. Desse total não foram encontradas informações, a respeito da concentração dessas comunidades tradicionais, nos territórios de influência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Todavia, estima-se que é no Médio São Francisco Bahia e Minas), onde estão localizadas a maioria das comunidades desta bacia hidrográfica (Ministério do Meio Ambiente).

Município	Comunidade	Comunidade
Barra	Brejo do Mutuca	Porto Alegre
	Brejo do Saco	Porto da Palha
	Curralinho	Torrinha
	Juá	Vanderlei
	Muribeca	
Xique-Xique	Ilha do Miradouro	Barreiro dos Negros
	Vicentes	Quilombo de Xique -Xique
Muquém de São Francisco	Boa Vista do Pixaim	
	Fazenda Grande	
	Jatobá	
Morpará	Ainda não identificada	

3.2. Sergipe

Segundo dados agência de notícias do governo Estado de Sergipe, existem 15 comunidades remanescentes de quilombolas já reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, embora este sítio não traga a informação por estar desatualizado. As fontes pesquisadas, em geral contém as mesmas informações e sintetizadas. A concentração de comunidades quilombolas no Estado de Sergipe é a menor dos dois estados (BA e AL). Na bacia do São Francisco é ainda menor. Para o estudo, levantou-se seis municípios e seis comunidades (**Quadro 1**).

² Atualmente, o Estado da Bahia, juntamente com o Maranhão, possui maior concentração de comunidades quilombolas no Brasil. São mais de 500 comunidades somente na Bahia, das quais 381 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura.

Quadro 1: Comunidades – Bahia

Município	Comunidade
Porto da Folha	Mocambo
Brejão dos Negros	Brejão
Ilha das Flores	Bongue
Amparo do São Francisco	Lagoa dos Campinhos (Pontal dos Crioulos)
Canhoba	Caraíbas
Poço Redondo	Serra da Guia

3.3. Alagoas

As pesquisas sobre as comunidades remanescentes de quilombolas do Estado de Alagoas, indicaram ser o que mais apresenta informações em qualidade, à frente de Sergipe e principalmente da Bahia.

Talvez o destaque seja em razão do estado ser o berço da “resistência negra, tendo como principal líder Zumbi dos Palmares. O Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga (**Figura 2**) localizada em União dos Palmares foi o maior e mais bem organizado quilombo brasileiro, funcionando como uma espécie de confederação, que abrigava os vários quilombos que existiam naquela localidade” (SERGIPE, Secretaria de Turismo – Setur).



Figura 2: Quilombo Palmares - Alagoas.

Os quilombos não pertencem apenas ao passado escravista brasileiro. São comunidades que existem até hoje, espalhadas Brasil a fora, mas que apesar disto não estão isoladas no tempo e espaço. Mantêm-se vivas e atuantes, traduzindo através do tempo a identidade negra e seus costumes (SERGIPE, Secretaria de Turismo – Setur).

Hoje no local, além do Parque Memorial Quilombo dos Palmares encontra-se a comunidade quilombola Muquém, importante por seu artesanato em cerâmica. O Conjunto configura-se como principal polo turístico da região dos Quilombos. Mas, essa região não se restringe a União dos Palmares. Em Palmeira dos Índios a comunidade Tabacaria, com cerca de 89 famílias descendentes de escravos é o primeiro território quilombola reconhecido pelo Governo Federal (SERGIPE, Secretaria de Turismo – Setur).

O Estado de Alagoas, Ao meio de tantos atrativos se destaca o “Caminho da Liberdade” na Região dos Quilombos, um roteiro cheio de histórias dentro da imensidão da natureza. Em todo roteiro, o visitante pode conhecer um pouco da cultura remanescente dos negros, como artesanato, danças e culinária. Na bacia do São Francisco, chegou-se à informação de 53 comunidades quilombolas certificadas, dentre as quais algumas estão no roteiro da Setur: Poço das Trincheiras, onde encontramos três comunidades remanescentes de quilombolas: Jacu e Mocó, Jorge e Alto do Tamanduá, seguida de Arapiraca, Taquarana e Pão de Açúcar, cada uma com duas comunidades cada: Pau D’Arco e Carrasco, Mameluco e Poços do Lunga, Poço do Sal e Chifre do Bode, respectivamente.

Existem, também, comunidades em Penedo (Tabuleiro dos Negros), Cacimbinhas (Guaxini), Batalha (Cajá dos Negros), Monteirópolis (Paus Pretos) e Delmiro Gouveia (Cruz) Batalha (Cajá dos Negros), Monteirópolis (Paus Pretos) e Delmiro Gouveia (Cruz) (**Quadro 2**).

Quadro 2: Municípios e Comunidades – Alagoas

Município	Comunidade
	Jacu
	Mocó
Poço das Trincheiras	Jorge
	Alto do Tamanduá
Penedo	Tabuleiro dos Negros
Cacimbinhas	Gauxini
Batalha	Cajá dos Negros
Monteirópolis	Paus Pretos

Delmiro Gouveia	Cruz
Olho D'Água das Flores	Aguazinha
	Guarani
	Gameleiro
São José da Tapera	Caboclo
	Cacimba do Barro

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Tendo em vista conhecer no contexto ambiental as maneiras de uso e exploração e de manejo do meio ambiente, as condições ecológicas em se dão as práticas, assim como conhecer as razões e diferenças históricas, as atividades deverão levar às comunidades envolvidas no trabalho/estudo com que olhar eles leem a paisagem nos tempos, de ontem e de hoje, passando pelos acontecimentos intermediários, contudo sem o intuito de traçar a linha do tempo, mas de maneira que permita o levantamento de subsídios para que o objetivo do trabalho seja atingido.

Caminhando nessa direção, a escolha dos procedimentos metodológicos conta com técnicas que possuem boa aceitação junto às comunidades tradicionais, portanto, adequadas, facilitadoras da vivência pelas pessoas envolvidas. Devido às características das comunidades remanescentes de quilombo, no que tange a sua relação com o território, os diálogos para a consecução dos objetivos, carecem de uma aproximação prévia, junto às representações dessas comunidades em seus respectivos territórios, de modo a apresentar as propostas para receber contribuições.

Para efeito do trabalho, este documento trata do planejamento geral a ser executado, por ocasião das atividades dos produtos (2 a 5), contendo as etapas necessárias para a realização do levantamento do panorama socioambiental em comunidades quilombolas oriundas de municípios da bacia do rio São Francisco (Bahia, Sergipe e Alagoas). O ponto de partida é a busca de informações secundárias, acerca dos aspectos contidos no objetivo, e também, fruto da participação em reuniões e oficinas pedagógicas. Serão considerados, prevendo a metodologia, os recursos humanos, cronograma de execução, infraestrutura, material de apoio e as parcerias para a realização do trabalho na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – BHSF, nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Destarte, serão selecionadas as fontes que contenham informações referentes aos aspectos que demarcam o cenário das comunidades remanescentes de quilombos em seus territórios, reforçando que o recorte está delineado por – Estado – Bacia do rio São Francisco – Áreas Susceptíveis à Desertificação -.

Outro aspecto a considerar no planejamento é quanto a metodologia, onde é reconhecida e valorizada a tradição da oralidade quilombola, para qual será privilegiada as dinâmicas pedagógicas, nas quais os participantes protagonizam com seus próprios saberes em todos os momentos das atividades. Para tanto, as atividades que possuem características de complementariedade, estão definidas, conforme segue: Duas dinâmicas pedagógicas, o Mapa Falado e a Árvore dos Sonhos; entrevistas com roteiro norteador para a abordagem dos aspectos ambientais de interesses primários e os complementares, no caso, histórico, cultural, social, econômico e outros; e visitas técnicas.

Síntese dos pontos a serem abordados no planejamento metodológico:

- Dinâmicas pedagógicas (Mapa Falado e a Árvore dos Sonhos);
- Elaboração de roteiro norteador da entrevista;
- Levantamento prévio;
- Visitas técnicas;
- Recursos humanos;
- Parcerias;
- Infraestrutura;
- Cronograma de execução.

O Planejamento está desenhado para ser desenvolvido em duas etapas:

Etapa 1: Para cada produto a ser elaborado, essa etapa consiste no levantamento prévio, principalmente em sítios do governo federal, além dos estados e municípios organizações da sociedade civil (ONGs) e outros, das informações gerais sobre comunidades remanescentes de quilombos, situadas em municípios de cada estado (Bahia, Sergipe e Alagoas) banhado pela Bacia do rio São Francisco. Serão contributos, parte das atividades para a realização dos relatórios referentes aos produtos (2 a 5), que por sua vez serão compilados no relatório final (RT 6). Ressalta-se que embora a iniciativa seja por estado, a ação contempla o recorte com a composição de um quantitativo de município e quando possível sua relação com as áreas suscetíveis à desertificação.

Fontes de pesquisas:**Governo Federal**

Fundação Palmares	MDS
Programa Brasil Quilombola	IPHAN
Incra	Funasa
MDA	Codevasf

Nacional

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas – CONAQ
Cpisp – Comissão Pró Índio

Governo Estadual

Bahia	Sepromi, Sedir
Sergipe	Seides
Alagoas	Iteral

Sociedade Civil

Bahia	Conselho Estadual Quilombola da Bahia; Conselho Quilombola do Território do Velho Chico; Conselho Quilombola do Território de Irecê
Sergipe	SACI – Sociedade Afro – Sergipana de Estudos e Cidadania
Alagoas	Não Identificado

Etapa 2: Participação em reuniões e oficinas. O trabalho não se trata de um diagnóstico, portanto não segue metodologias usualmente empregadas para este fim, contudo serão especialmente selecionadas algumas dinâmicas pedagógicas, utilizadas em Diagnóstico Rural Participativo – DRP, a exemplo do “Mapa Falado”.

Outra dinâmica pedagógica, selecionada a “Árvore dos Sonhos” baseada na Oficina do Futuro, é complementar ao Mapa Falado (**Figura 3**) e significa um momento de importância para o fechamento das duas.

2.1. Mapa Falado

É uma representação gráfica de uma situação problematizada de uma realidade comunitária, desenvolvido de forma coletiva. É uma ferramenta do DRP – Diagnóstico Rápido Participativo.³

³ O Diagnóstico Rápido Participativo – DRP é uma metodologia que permite o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade ou instituições, a partir do ponto de vista de seus membros. Promove a mobilização dos interessados em torno da reflexão sobre a situação atual e a visualização de cenários futuros. O DRP é aberto à participação, criando a oportunidade da vivência democrática, isto é, produzindo conhecimento



Figura 3: Mapa Falado - Oficina em Penedo/AL.

“No Brasil, o DRP e suas principais ferramentas (Mapa Falado, Calendário Sazonal, Diagrama de Fluxo, Diagrama de Venn e Matriz Comparativa), foram difundidas principalmente por meio de diversas ONGs, especialmente aquelas ligadas à Rede PTA (Projeto Tecnologias Alternativas) que a partir do final dos anos 80, começaram a usar a metodologia do DRP em seus trabalhos”.

“Devido a sua grande flexibilidade e capacidade adaptativa, tais ferramentas são utilizadas, atualmente, em diversos processos de reflexão coletiva, seja rural, urbano, regional ou institucional. As ferramentas utilizadas no DRP são diagramas visuais e interativos que representam aspectos de uma determinada realidade e vão sendo construídos por um grupo de pessoas em discussão. Cada ferramenta tem usos e procedimentos específicos, mas todas elas são instrumentos de abstração acerca da realidade passada, atual ou futura”.

Portanto, justifica-se a utilização dessa dinâmica porque possibilita o levantamento das informações, uma vez que o público, sente-se à vontade para participar, pois trata de uma linguagem sem diferenciação, é intergeracional, podem participar, juntos, os mais velhos e jovens. Atende aos não escolarizados, é um canal de comunicação permanente, dá margem às interações, à medida que vão se envolvendo, são despertados para os diálogos sobre os temas ou problemas e potencialidades do contexto em questão.

Além do exposto, essa é uma dinâmica escolhida para trabalhar com as comunidades quilombolas, por ser apropriada para as abordagens da dimensão espacial, facilita a percepção geral das pessoas para o seu pedaço/território/comunidade, as

coletivamente e criando opções para as decisões coletivas (PROJETO RIO SESMARIAS).

representações do lugar (características ecológicas, infraestrutura, ecossistemas, rios, quintal, mata, saúde, saneamento, outros) e o levantamento do conhecimento que o grupo tem de sua realidade. Essa atividade deverá ser desenvolvida em 04 fases:

Objetivo:

Levantar por meio da elaboração do Mapa Falado, os aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos do território.

A realização da atividade, envolve: a construção do Mapa Falado; registro fotográfico do processo; realização do desenho do mapa depois de concluído em papel pardo; e roda de socialização do trabalho.

Local: Ao ar livre em contato com a natureza, em um terreiro, sob uma árvore ou em uma sala, a depender das condições do tempo no dia.

Participantes: Até 30 representantes da comunidade.

Tempo total: 01h30' (uma hora e trinta minutos).

Material: Barbante, fitas; cartões coloridos; revistas e jornais; objetos encontrados na natureza (sementes, folhas, pedaços de galhos caídos, outros); giz de cera; papel pardo; fita adesiva; pregadores; tinta de pintura em papel (03 cores) e pincéis; outros.

Equipamentos: Máquina fotográfica; laptop;

Desenvolvimento:

a) Os participantes em círculo, em pé ou sentados (devido às pessoas mais velhas), após o comando da facilitação, deverão trabalhar iniciando livremente pelos aspectos que julgarem mais importante. Embora não seja obrigatório abordar todos os aspectos, serão estimulados para avançarem o máximo e que todos contribuam (evitar monopólio). Sempre que necessário, podem ser feitas modificações no desenho do mapa, uma vantagem de usar recursos que tenham mobilidade. (30').

b) Registro fotográfico para compor o relatório, durante o desenvolvimento da atividade, pela facilitação e participantes.

c) Plotagem do mapa para o papel pardo, em seguida afixar na parede ou em varal. Realizar registro fotográfico que irá compor o relatório. (30').

d) Roda de socialização: Roda de socialização das impressões/depoimentos que serão registrados. Nessa roda, os participantes ficarão livres para tecer seus comentários sobre o trabalho, as impressões geradas a partir das diversas realidades levantadas pelos mais velhos e jovens (ontem e hoje). Do que existiu e existe no lugar. O resultado do trabalho ficará com a comunidade. (30').

2.2. Árvore dos Sonhos

A “Árvore dos Sonhos”⁴ é uma das etapas da Oficina do Futuro, uma metodologia que está de grande valia na elaboração de diagnóstico e planejamento no campo da educação ambiental, idealizada pelo “Instituto Ecoar para a Cidadania”. Desse modo, essa metodologia apresenta as seguintes etapas: Oficina Árvore dos Sonhos; Oficina muro das lamentações; Oficina história do pedaço; e Oficinas temáticas.

A Oficina do Futuro, serve para, de forma lúdica, estimular “a reflexão sobre os problemas socioambientais, ajudando a comunidade na organização de suas ideias para a busca de soluções de problemas e promoção da melhoria da qualidade de vida no seu pedaço” no seu território. É uma proposta que acena para cenários futuros e pode ser entendida, também, como uma oficina de ideias, de aprendizagem de planejamento, de diagnóstico, a depender do foco a ser dado à atividade ou ação.

Assim, o trabalho a ser desenvolvido, está sendo pensado para trabalhar com o resgate histórico, no que tange as questões tratadas, o que poderia levar ao plano de ações, caso o objetivo principal fosse a elaboração de um planejamento. Ressalta-se que as duas atividades (Mapa Falado e a Árvore dos Sonhos, **figura 4**), enquanto aprendizado em educação ambiental, pode e deve estimular o estabelecimento de outras atitudes para melhoria do modo de vida do território.

A dinâmica pedagógica, Árvore dos Sonhos, será trabalhada como complemento à atividade realizada por meio do desenho do Mapa Falado e a sua aplicação vai na direção da fomentação de ideias e estímulo à aprendizagem na coletividade, por serem tratados assuntos que dialogam diretamente com a história vivida em seus territórios.

⁴ A oficina Árvore dos Sonhos – tem sua origem no início da Rio-92, quando pessoas do mundo todo escreveram seus sonhos de futuro em papéis em forma de folhas. Essas folhas foram penduradas nos galhos de uma árvore gigante, que foi instalada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, como símbolo de um futuro mais feliz para todos. Este é o momento onde os participantes são estimulados a imaginar com gostariam que fosse a sua rua, sua escola, sua cidade, o planeta. Estes sonhos são então escritos, desenhados e/ou pintados e se transformam na Árvore dos Sonhos, montada coletivamente.



Figura 4: Árvore dos Sonhos - Oficina em Penedo/AL.

Objetivos: Projetar sonhos individuais e coletivos, como alternativa para a melhoria das condições do ambiente e do modo de vida da comunidade.

Local: Ao ar livre em contato com a natureza, em um terreiro, em uma árvore ou em uma sala, a depender das condições do tempo no dia.

Participantes: Até 30 representantes da comunidade.

Tempo: 01h30' (uma hora e trinta minutos).

Material: Cartões coloridos em forma de folha, flores, sementes e frutos; barbante; Giz de cera; tinta de pintura em papel (três cores) e pincéis; papel pardo; fita adesiva.

Equipamento: Máquina fotográfica; laptop.

Desenvolvimento:

a) Com base nos comentários que emergiram na roda de socialização (vide dinâmica do Mapa Falado), cada participante, com uma cartela, deverá expressar um sonho que deverá ser pendurado em uma árvore próxima ao local da atividade. A depender das condições do tempo no dia, outra alternativa, é a confecção da “Árvore dos Sonhos” em papel pardo, as cartelas coladas na copa, tronco e raízes, posteriormente ser afixado na parede. **(01h00)**.

b) Registro fotográfico para compor o relatório, durante o desenvolvimento da atividade, pela facilitação e participantes.

c) Desenho da árvore em papel pardo, caso a atividade aconteça em meio aberto, em seguida afixar na parede ou em varal. Realizar registro fotográfico que irá compor o

relatório. (30').

d) Roda de socialização: Após a socialização, os participantes são solicitados a agrupar e realçar os sonhos idênticos e estimulados a valorizar a magnitude dos sonhos coletivos. O resultado do trabalho ficará com a comunidade. (30').

2.3. Estão sendo sugeridos um audiovisual, caso encontremos as condições para exibição: “Família dos Amaros” sobre um escravo liberto que comprou terras erodidas e abandonadas nos arredores de Paracatu em fins do século XVII, após a decadência do ouro. Nessa terra, Pituba, formou sua família, dançou suas festas, plantou sua roça, criou seus poucos animais. Hoje, os Amaros vivem num bairro na periferia da cidade, pois foram expulsos de suas terras de origem por fazendeiros locais, mas seguem plantando, criando animais e produzindo arte em seus pequenos quintais... E dançando a CARETADA, uma mascarada em que os homens se enfeitam com fitas e cores para louvar, durante 24 horas ininterruptas, a virtude de São João.

3. Entrevista que tem por objetivo, captar as percepções e colher mais elementos complementares às duas dinâmicas anteriores (Mapa Falado e a Árvore dos Sonhos), de maneira que contribua para a avaliação dos aspectos abordados, o ambiental, social, cultura, econômico e outros. Deverá privilegiar as pessoas mais velhas do território, como ficar mais informal, poderá ser individual ou em uma roda até quatro pessoas, desde que previamente, definido os atores que participarão do momento. Em havendo concordância, poderá ser filmada com máquina fotográfica.

Apesar da elaboração de uma sugestão de roteiro (não são perguntas) para a entrevista, não há uma sequência rígida a ser seguida, as pessoas entrevistadas ficarão livres para iniciarem do ponto que considerarem mais importante ou o que estiver mais presente na memória. Serão estimulados a fazerem ligação com os aspectos por elas abordados nas dinâmicas pedagógicas. Conforme segue, os itens sugeridos para o roteiro norteador poderão sofrer alterações em função da dinâmica em uma ou outra comunidade:

Perfil:

Nome:

Idade:

Sexo:

Local de Nascimento:

Sugestão de roteiro:

1. Tempo que mora na comunidade.
2. Nome da comunidade.
3. Origem do nome da comunidade.
4. Síntese da trajetória da família até chegar no território.
5. Diferença entre as condições ambientais quando chegou e hoje.
6. Relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente.
7. Informações sobre projetos de educação ambiental e meio ambiente.
8. Atividade próprias da cultura tradicional da comunidade em curso (culinária, remédios, rezas, benzedeira, simpatias, dança, artesanato, causos, festas, outros).
9. Registros da história da comunidade.
10. Meios de subsistência.
11. Atividades das mulheres, homens e das crianças.
12. Existência de projetos do governo (federal, estaduais e municipais), ONGs, outros.
13. Atividades na associação quilombola.
14. Continuidade da cultura para as novas gerações da comunidade.
15. Infraestrutura local.
16. Acesso aos programas do governo federal.

5. RECURSOS HUMANOS

Para a realização espera-se representantes da comunidade, professores e escolas quilombolas, também serão convidados um fotógrafo para registrar todo o processo; representante da CIEA – Comissão Interestadual de Educação Ambiental, rede de educação ambiental dos três estados, prefeituras, outros.

6. MATERIAL DE APOIO E EQUIPAMENTOS

Barbante, fitas; cartões coloridos; revistas e jornais; objetos encontrados na natureza (sementes, folhas, pedaços de galhos caídos, outros); giz de cera; papel pardo; fita adesiva; pregadores; tinta de pintura em papel (03 cores) e pincéis; duas cópias dos vídeos sobre a comunidade quilombola de Paracatu – MG e do Espírito Santo; lista de presença; certificado; GPS; máquina fotográfica; laptop; projetor de vídeo (opcional); outros.

7. INFRAESTRUTURA

O local das atividades, pode ser uma associação, uma sala de uma escola. O plano A para a realização das dinâmicas pedagógicas, estão previstas para serem realizadas ao ar livre, se o tempo for chuvoso, aplica-se o plano B, ou seja transfere-se para local protegido das chuvas.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O prazo previsto para execução das atividades contidas é de 18 (dezoito) meses, de acordo com o Cronograma a seguir:

PRODUTOS	MESES																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Produto 2		X																	
Produto 3					X														
Produto 4								X											
Produto 5											X								
Produto 6														X					
																			X

9. POTENCIAIS PARCERIAS DE APOIO

Serão realizados os contatos com instituições de governo, na perspectiva de buscar apoio para os deslocamentos, tais como a Codevasf, Ibama, prefeituras e universidades e o governo do estado onde for possível. Para a mobilização das comunidades, além do apoio das câmaras regionais do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, estão as organizações sociais com acesso às comunidades, as próprias associações quilombolas e outros potenciais parceiros a serem contatados. Entre as parcerias para contribuir com a mobilização, serão identificados e convidados os com perfil adequado, com vistas a acompanhar as atividades pedagógicas.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-----, 1988. "Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988". *Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal*. Organização: Odete Medauar. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. Coleção RT MiniCódigos. 1117p. Acesso em: 04 de dezembro de 2014.

-----, Comunidade quilombola do Alto Sertão Sergipano recebe audiência pública. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/comunidade-quilombola-do-alto-sertao-sergipano-recebe-audiencia-publica>>. Acesso em: 22 de dez. De 2014.

-----, DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 02 de dezembro de 2014.

-----. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: 28 de novembro de 2014.

-----. OS QUILOMBOLAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/leis/1988/Lei,P20-,P20Os,P20Quilombolas,P20na,P20Constituicao,P20Federal,P20de,P201988.pdf.pagespeed.ce.HyAQRTEBv8.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2014.

-----. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – Ptds. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio102.pdf. Acesso em: 26 de nov. de 2014.

-----. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.portaldaigualdade.gov.br/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.500>2. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

-----. SEMARH. Diagnóstico da Bacia do Rio Sergipe. Disponível em: http://www.semarh.se.gov.br/planosderecursoshidricos/files/documentos/projetos/pbh/apresentacao_completa_sergipe.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

-----. SEPPIR. Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-politicas-publicas-do-pq>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2014.

-----. Territórios Remanescentes de Quilombos. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>. Acesso em: 08 de dezembro de 2014.

-----. Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais/quilombolas>>. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

-----. Quilombos dos Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

ALAGOAS. ITERAL. Comunidades Quilombolas de Alagoas. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>>. Acesso em: 26 de nov. de 2014.

BAHIA, Comunidades Quilombolas. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoquilombola/comunidadesquilombolas>>. Acesso em: 26 de nov. de 2014.

BRASIL. [DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003](#). Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em:

Comunidades Quilombolas. Disponível em: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=117>. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

ECOAR para a Cidadania. Balanço do Projeto. Bacias Irmãs. Disponível em: http://www.ecoar.org.br/web/files/files/Balanco_do_Projeto_Bacias_Irmãs_VERSAOFINAL.pd>f. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

Memórias do Calabar. Disponível em: <http://ceas.com.br/?p=123>>7. Acesso em: 02 de dezembro de 2014.

O Diagnóstico Rápido Participativo. 6.1 Aspectos teóricos. Acesse em: 04 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://crescentefertil.org.br/projetoriosesmaria/site/wp-content/uploads/6.-DRP.pd>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Organizadora. Quilombos. identidade étnica e territorialidade. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/Quilombos.pdf>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2014.

Os Quilombolas na Constituição Federal. <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/leis/1988/Lei,P20-,P20Os,P20Quilombolas,P20na,P20Constituicao,P20Federal,P20de,P201988.pdf.pagespeed.ce.HyAQRTEBv8.pdf>

Os Quilombos na Constituição Federal 1988. Seção II. DA CULTURA. Principais Quilombos da Bahia. Disponível em: <<http://bahia.com.br/principais-quilombos-da-bahia/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

Quilombo dos Palmares. Disponível em: <<http://quilombo-dos-palmares.info/>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2014.

SERGIPE. possui 22 comunidades quilombolas reconhecidas. < Disponível em: <<http://istos.swapi.com.br/sites/inclusaosocial/print.php?codigo=1415>>. Acesso em: 22 de dez. de 2014.